

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.588.076 - AC (2019/0283322-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : SERVIO TULIO DE BARCELOS - MG044698
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - AC004270A
AGRAVADO : GILSON FERNANDO FERREIRA DE MENEZES
AGRAVADO : ALZIRA MARIA CARVALHO DE SOUZA
AGRAVADO : ALBANIR RODRIGUES DE OLIVEIRA
AGRAVADO : MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO SAAB
AGRAVADO : RUBENS DE OLIVEIRA SAAB
AGRAVADO : COSMO CAVALCANTE DE MELO
AGRAVADO : FARID MARIA GANUM DE ARAUJO
AGRAVADO : DENISON ROBERTO BRANA BEZERRA
AGRAVADO : WILLIAN ABREU DA SILVA
AGRAVADO : ZENAIDA KOURI ALBUQUERQUE
ADVOGADO : JOSÉ HENRIQUE BARBOSA DE ALBUQUERQUE - AC003734

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, III, DO CPC/2015. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por Banco do Brasil S.A. à decisão do Magistrado de primeiro grau que, nos autos do cumprimento de sentença proposto por Gilson Fernando Ferreira de Menezes e outros, deferiu parcialmente a impugnação ao cumprimento de sentença.

A Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Acre negou provimento ao agravo de instrumento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 700-715):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANOS ECONÔMICOS. CADERNETAS DE POUPANÇA. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO DEVOLVEM TODAS AS MATÉRIAS TRATADAS NA DECISÃO RECORRIDA E TRATAM DE TEMAS JULGADOS DE FORMA FAVORÁVEL AO AGRAVANTE. CONHECIMENTO PARCIAL. PRELIMINARES.

Superior Tribunal de Justiça

LEGITIMIDADE ATIVA. COMPETÊNCIA TERRITORIAL PARA O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA COLETIVA. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL DEMANDAR A SUSPENSÃO DO FEITO. NÃO ACOLHIMENTO. MÉRITO. MARCO INICIAL DA CONTAGEM DOS JUROS DE MORA. CITAÇÃO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. NÃO PROVIMENTO.

1. Os assuntos abordados na decisão recorrida que não foram objeto de impugnação específica 0 no recurso, bem como aqueles julgados de maneira favorável ao recorrente, não devem ser conhecidos. Conhecimento parcial do recurso.

2. As preliminares de ilegitimidade ativa dos poupadores exequentes, competência a territorial para o processamento do cumprimento da sentença exequenda e a necessidade de sobrestamento do feito já foram exaustivamente analisados pela jurisprudência, inclusive sob a sistemática 02 das demandas repetitivas nos tribunais superiores, sendo indevido os seus acolhimentos.

3. Por se tratar de aplicação de correção monetária e juros sobre depósitos de cadernetas de poupança, a apuração do valor da condenação depende tão-somente da realização de cálculos aritméticos, não havendo necessidade de prévia liquidação.

4. O termo inicial para incidência dos juros de mora, nas execuções individuais a 0 de ações coletivas, deve ser contado a partir da citação da ação originária, e não da o o o intimação para o cumprimento do julgado. o os Entendimento consolidado pelo Superior os Tribunal de Justiça no REsp nº 1.361.800/SP.

5. Agravo parcialmente conhecido e, na parte conhecida, desprovido.

Nas razões do recurso especial, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, a instituição financeira apontou ofensa aos arts. 509, I, 783, 784 e 809 do CPC/2015.

Contrarrazões apresentadas às fls. 781-789 (e-STJ).

O Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial sob o argumento de que não houve o enfrentamento dos fundamentos insertos na decisão objurgada por parte do insurgente, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, o que ensejou a interposição do presente agravo.

Contraminuta às fls. 820-829 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado de que

Superior Tribunal de Justiça

cabe à parte agravante, nas razões do agravo em recurso especial, trazer argumentos para contestar a decisão do Tribunal de origem que negou seguimento ao recurso, justificando, tese a tese, o cabimento do apelo especial conforme determina expressamente o art. 932, III, do CPC/2015.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO SUBSCRITO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA Nº 115/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 544, § 4º, INCISO I, DO CPC. 1. É inexistente, na instância especial, recurso interposto por advogado sem procuração nos autos (Súmula nº 115/STJ). 2. Incumbe ao agravante infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo. 3. Agravo regimental conhecido em parte e, na parte conhecida, não provido. (AgRg no AREsp n. 321.387/RS, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 5/2/2015, DJe 12/2/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535, DO CPC/73. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO. MULTA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. Incumbe ao relator não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida (art. 932, inciso III, do CPC/2015). 2. Não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 535 do CPC/73. 3. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ). 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp n. 941.193/SP, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 17/11/2016, DJe 23/11/2016)

A propósito, o referido entendimento foi recentemente confirmado pela Corte Especial do STJ no julgamento dos Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial n. 746.775-PR.

Confira-se:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.

IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, restando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos. (EAREsp n. 746.775/PR, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, Rel. p/ Acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, julgado em 19/9/2018, DJe 30/11/2018)

No caso, o insurgente não impugnou especificamente o único fundamento da decisão agravada concernente ao art. 932, III, do CPC/2015, limitando a defender a existência de prequestionamento das matérias e de inaplicabilidade das Súmulas n. 5 e 7 do STJ, o que inviabiliza o conhecimento do agravo.

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

